

A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS

Gessivânia de Moura Batista (1); Ana Karina Moutinho Lima (1)

*Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva.
E-mail: gessivaniamoura@hotmail.com; karinamoutinho@gmail.com*

Resumo

A inclusão de alunos com múltiplas deficiências é um desafio para os profissionais da educação. Dentre os fatores que contribuem para que esta inclusão não se faça de forma adequada têm-se as lacunas na formação inicial dos docentes e a pouca oferta de formações continuadas que venham a instrumentalizar para a docência, por exemplo, a crianças com múltiplas deficiências. O objetivo do presente trabalho foi investigar a formação de professores para a docência de crianças com múltiplos comprometimentos, em especial a Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). Participaram do estudo 42 professores da rede pública de ensino de uma escola localizada em município da Mata Norte de Pernambuco-Brasil. Utilizamos 01 questionário como instrumento de investigação. Os resultados obtidos apontam que: 95% dos profissionais não haviam participado de cursos, palestras ou formações dedicadas à docência de crianças com a SCVZ, 100% dos docentes afirmaram não haver instituições ofertando para a escola formações sobre a Síndrome, e 98% deles julgaram importante uma formação continuada em parceria com profissionais da saúde sobre as especificidades da SCVZ. Concluímos que, na escola onde a pesquisa foi desenvolvida, os profissionais não estão tendo acesso a informações relativas às estratégias didáticas a serem empregadas na docência à crianças com múltiplas deficiências, especialmente aquelas relacionadas à SCVZ. Destacamos que esse é um aspecto importante a ser considerado pelas instituições públicas dedicadas à Educação em Pernambuco, uma vez que estas crianças têm direito à educação pública de qualidade, assim como os professores merecem saber agir neste contexto educacional.

Palavras-chave

Formação Continuada, Formação Docente, Inclusão, Múltiplas deficiências.

Introdução

É possível afirmar que a escola é uma das mais importantes instituições sociais, que foi construída e reconstruída historicamente buscando atender às necessidades vigentes em cada época (PINO, 2000). Por ser essencial para o desenvolvimento cultural da criança, o acesso à educação constitui-se um direito fundamental assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, é pertinente considerar, que as pessoas com deficiência por longas datas foram segregadas do processo ensino-aprendizagem, e só após inúmeras mobilizações, leis começaram a ser implementadas com o intuito de assegurar-lhes o acesso e a permanência nas instituições de ensino (UNESCO, 1994).

No que concerne a legislação vigente, Lei nº 8.069/90 no Art. 54, inciso III é assegurado “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

(BRASIL, 2010, p. 31). Para salvaguardar ainda mais esse direito, consta na Declaração de Salamanca que “as escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso as crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves” (UNESCO, 1994, p. 06). Dentre as pessoas com incapacidades graves, podemos mencionar as crianças com múltiplas deficiências, a exemplo, daquelas acometidas pela Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). Esta Síndrome foi identificada no Brasil pela primeira vez em outubro de 2015, mediante o nascimento de crianças com microcefalia em diversas regiões do Brasil. Até o momento, 3037 casos foram confirmados em todo território Nacional (BRASIL, 2018).

Em meio às investigações realizadas, concluiu-se que a infecção pelo vírus Zika, esse transmitido à mãe pelo mosquito *Aedes Aegypti*, seria a principal causadora da microcefalia e das demais anormalidades congênitas (FARIA et al., 2016). Os bebês expostos ao quadro infeccioso sofreram danos no Sistema Nervoso Central e Sistema Nervoso Periférico, que resultaram em lesões no músculo esquelético, e nos sistemas auditivo e oftalmológico. Com isso, as crianças com a SCVZ podem desenvolver um quadro de múltiplas deficiências, incluindo déficits auditivos, visuais, motores e cognitivos (WELLER, 2018).

Para além dessas crianças, muitas outras com paralisia cerebral, surdo-cegueira, graus severos de Síndrome de Down, Síndrome de Rett, acometidas por poliomielite, microcefalia, hidrocefalia, etc, estão continuamente sendo inseridas no espaço escolar, o que demanda uma constante preparação dos profissionais da educação para lecionar às pessoas com as mais variadas alterações desenvolvimentais.

Nossa preocupação volta-se especialmente para o quadro da Síndrome Congênita do Vírus Zika em função desta recentemente ter acometido o Brasil e em especial o estado de Pernambuco. De acordo com Vargas et al. (2016), em outubro de 2015 a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES/PE) notificou o Ministério da Saúde sobre a ocorrência de 54 recém-nascidos vivos com microcefalia, e até o presente momento já são 443 crianças com a SCVZ, em todo estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2018). As famílias dos bebês nascidos a esta época podem procurar por instituições de ensino para seus filhos nos próximos anos, o que nos leva então a seguinte questão de pesquisa: tem os profissionais da educação recebido informações sobre a SCVZ? Que tipo de informação a respeito eles têm tido acesso? Qual a sua principal fonte de informação a respeito da Síndrome e dos procedimentos adequados à sala de aula para que a docência se faça junto a estas crianças?

Desse modo, a discussão sobre a formação docente para a inclusão de alunos com múltiplas deficiências, justifica-se por considerarmos a figura desse profissional como indispensável para potencializar o desenvolvimento dessas crianças. Entretanto, consideramos que os órgãos ligados à educação, precisam estar atentos quanto a importância de promover formações continuadas e uma formação inicial, ou seja, ainda na graduação, que possa instrumentalizar aos professores para o exercício da inclusão escolar a todos os discentes, incluindo aqueles com múltiplas deficiências.

Uma reflexão sobre a formação docente e a inclusão escolar

Dentre os inúmeros marcos legais que asseguram o direito das pessoas deficientes, convém mencionar a LEI Nº 13.146, nomeada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), documento instituído no dia 06 de Julho de 2015. No que concerne aos direitos à educação, no Capítulo IV Art. 27 a referida Lei assegura que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p.34).

Com isso, não se trata de apenas receber o sujeito com deficiência na instituição escolar, é preciso que haja a real inclusão, e a oferta de condições para ele tenha a possibilidade de desenvolver o máximo de autonomia, criatividade, habilidades cognitivas, motoras e sensoriais. É importante considerar que é através da interação com os demais alunos, que ocorre uma maior estimulação da criança deficiente, e ainda são minimizados os casos de isolamento social. Assim, quanto mais cedo a inclusão escolar acontece, maiores serão os benefícios para as crianças. Neste entendimento, o ideal é que, ainda na Educação Infantil, a criança seja inserida nesse ambiente escolar inclusivo. Portanto, é necessário que a escola reconheça as diferenças individuais, e então desenvolva estratégias para que os objetivos escolares, em consonância com os objetivos e necessidades individuais das crianças, sejam alcançados.

Contudo, é pertinente considerar que “os documentos que respaldam o direito dos(as) estudantes à educação inclusiva têm avançado no país, de maneira mais efetiva em relação à ampliação do acesso, mas não na melhoria da qualidade dos processos educacionais inclusivos” (RECIFE, 2015, p.15). Isso porque, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo, quando abrange a definição

ampla desse conceito, ou seja, reconhece que todas as crianças podem aprender, e, para isso, é necessário que haja estrutura física, profissionais habilitados e metodologias de ensino que sejam capazes de atender as especificidades individuais.

Porém, é importante refletirmos, sobre alguns fatores que ainda são vistos como empecilhos para a efetivação de uma educação inclusiva em nosso país. Os estudos têm apontado que “o que dificulta o processo de inclusão escolar é a falta de preparo, capacitação dos profissionais e a falta de estrutura das escolas” (SILVA et al., 2018, p. 34). Os referidos autores reiteram, ainda, que existe uma precariedade no processo de formação básica nas universidades, onde os conteúdos referentes à Educação Inclusiva são demasiadamente teóricos, e insuficientes para assegurar uma boa formação.

Conforme reiteram Caramori, Mendes e Picharillo (2018), os cursos de formação inicial devem ter mais proximidade com atividades práticas relativas à docência, a fim que o professor, quando inicie sua carreira, tenha condições de avaliar melhor todo o contexto no qual será inserido. Acredita-se que estando munido de conhecimentos acerca das especificidades das deficiências, e dos melhores recursos para otimizar o processo de ensino-aprendizagem, o profissional poderá conduzir sua práxis com mais clareza.

Dada a importância em exceder os aspectos meramente teóricos, “é indicado pelos professores a mescla entre teoria e prática, desde assuntos como legislação e informações sobre as deficiências até o estágio supervisionado” (CARAMORI; MENDES; PICHARILLO, 2018, p. 135). Com isso, os autores afirmam a importância dos estágios supervisionados direcionados à Educação Inclusiva, que são experiências que oportunizam um contato direto com a docência à crianças deficientes. Com isso, o futuro profissional iria adquirir competências indispensáveis para uma boa atuação numa perspectiva inclusiva.

De acordo com Costa (2012, p. 94-95) “os professores, em sua maioria, revelam receio ante a inclusão justificado pela suposta falta de preparação prévia para lidar com alunos com deficiência”. Com isso, podemos presumir que as lacunas na formação inicial, irão se converter em dificuldades por parte dos professores em elaborar estratégias que permitam que alunos com necessidades educativas especiais desenvolvam habilidades.

Outro ponto a se considerar, diz respeito à formação continuada ou palestras, essas intervenções costumam ser breves e demasiadamente teóricas, portanto, os resultados nem sempre são satisfatórios. “Os professores reconhecem dificuldades oriundas das limitações em sua formação inicial e que os cursos oferecidos pelo

poder público têm sido insuficientes ou mesmo inadequados à sua realidade” (MATOS; MENDES, 2015, p. 14). Isso reforça a ideia de que as políticas educacionais voltadas à formação e atualização de professores precisam ser repensadas. Além disso, conforme bem salienta Costa (2012, p. 91),

A formação de professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira mais flexível, articulando ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades educacionais.

Com isso o autor reitera a importância de a formação continuada ser parte das discussões no cenário escolar, entre professores, gestores e demais profissionais, a fim de que diariamente sejam repensadas as melhores estratégias para favorecer condições de inclusão à todos os discente. Diante do exposto, a formação continuada excede cursos, palestras e especializações, é na realidade uma contínua reflexão crítica sobre a própria prática docente.

Outra medida importante a ser tomada, diz respeito a um maior investimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A partir do aumento na designação de profissionais especializados para atuar nesses espaços, além de fornecer um maior investimento em materiais de tecnologia assistiva, que propiciem o máximo de estimulação às crianças acompanhadas nas SRM. O programa de SRM deve ser desenvolvido de forma complementar e suplementar à escolarização, e oferecido no contraturno em que a criança frequenta a escola comum em que está matriculada. O intuito é assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização (BRASIL, 2007).

Na tentativa de contribuir para as discussões sobre a importância de formações continuadas para o exercício da inclusão de alunos com múltiplas deficiências, apresentaremos nesse trabalho os resultados obtidos a partir de uma pesquisa desenvolvida em uma escola da Mata Norte de Pernambuco. Na ocasião, 42 professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, responderam a um questionário composto de 06 perguntas objetivas e 01 pergunta subjetiva.

Metodologia

O presente estudo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, intitulada: *Processos Imaginativos de Educadores Quanto à Docência de Crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika* (BATISTA, 2017). O objetivo desse questionário foi conhecer um pouco do contexto da Educação

Inclusiva da instituição de ensino, sobretudo, no tocante à formação continuada voltada à instrumentalização para a docência de crianças com a SCVZ, que conforme exposto anteriormente são crianças que possuem múltiplas deficiências.

Participaram deste estudo 42 professores, trabalhadores da escola, sendo 41 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, e idades variando entre 20 e 56 anos. Destes professores, 10 trabalhavam na Educação Infantil, e 32 no Ensino Fundamental I.

O questionário utilizado como instrumento da investigação era composto por 06 questões fechadas, e 01 questão aberta. As questões fechadas versavam sobre: Pergunta 01. Você já ouviu falar na Síndrome Congênita Associada à Infecção pelo Vírus Zika? (epidemia de crianças nascidas com microcefalia a partir de 2015). Pergunta 02. Caso tenha ouvido falar, por quais meios você obteve essas informações? (meios de comunicação como TV e internet; profissionais da saúde; em cursos ou palestras que participei sobre essa temática; outros). Pergunta 03. Você já fez algum curso voltado à inclusão escolar de crianças deficientes? Pergunta 04. Você já participou de algum curso voltado a como trabalhar com crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika? Pergunta 05. Alguma instituição local tem ofertado formação continuada ou cursos voltados ao atendimento educacional de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika? Pergunta 06. Você julga que seria importante uma formação continuada em parceria com profissionais da saúde? Pergunta 07. Caso a escola venha a receber uma criança com a Síndrome Congênita do Vírus Zika, como você imagina que seria essa experiência? Quais os possíveis desafios a serem enfrentados?

Dentre as questões objetivas cinco delas tinham “sim ou não” como alternativas de resposta e apenas a questão 02 possuía 04 alternativas para resposta, são elas: meios de comunicação como TV e internet; profissionais da saúde; em cursos que participei sobre essa temática; outros. Na questão aberta, era solicitado que os profissionais escrevessem acerca dos possíveis desafios a serem enfrentados caso a escola recebesse crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika. A aplicação do questionário se sucedeu da seguinte forma: a pesquisadora foi até as salas de aula, apresentou a pesquisa e os objetivos do questionário. Ficou acordado que após o intervalo de cada turno (manhã e tarde), os questionários seriam recolhidos.

Resultados e Discussão

Os resultados discutidos neste estudo decorrem exclusivamente de análise feita sobre as questões objetivas, foco inicial de nosso trabalho. A

este respeito, observamos que, quando questionados se já ouviram falar sobre a SCVZ (pergunta 1) 98% dos profissionais afirmaram que sim (gráfico 1), entretanto na pergunta subsequente, ao serem questionados por quais meios obtiveram essas informações (pergunta 2), obtivemos os seguintes resultados: 76% dos profissionais só ouviram falar da Síndrome através dos noticiários de TV e internet, 17% ouviram tais informações advindas de profissionais da saúde, apenas 5% obteve informações em cursos ou palestras, e 2% não ouviu falar a respeito da Síndrome (gráfico 2). Esses resultados são preocupantes, pois o acesso à informação através de meios de comunicação não fornece formação técnica aos profissionais da educação, e portanto, pouco lhes subsidia na prática docente a esse público.

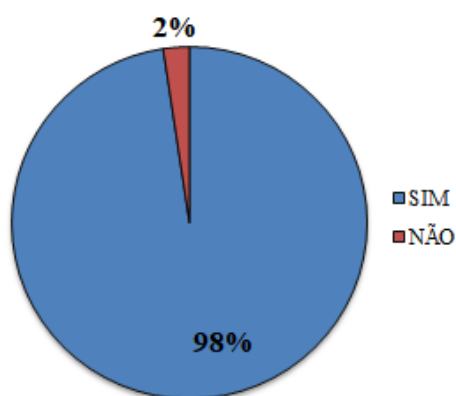


Gráfico 1: Já ouviu falar sobre a SCVZ?

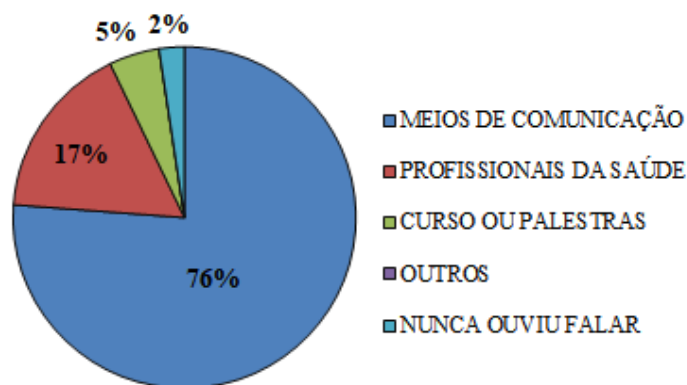


Gráfico 2: Meios pelos quais obteve informações sobre a SCVZ

A terceira pergunta foi: Você já fez algum curso voltado à inclusão escolar de crianças deficientes? Dos 42 professores que responderam ao questionário, 40% afirmaram que sim, e 60% respondeu nunca ter feito cursos atrelados à docência de crianças deficientes (gráfico 3). É importante considerar que a escola onde a pesquisa foi desenvolvida, fica localizada em um município que teve a incidência de pelo menos 13 casos de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika. A referida instituição é referência no município no atendimento de alunos com deficiência, e dos 1294 alunos matriculados na escola, 79 possuem algum tipo de necessidade educativa especial.

A quarta pergunta foi: Você já participou de algum curso voltado à como lecionar para crianças com a SCVZ? Os resultados apontaram que 95% dos profissionais não haviam feito cursos, ou participado de palestras (gráfico 4). Esse número expressivo aponta para uma realidade preocupante, uma vez que se acentua a possibilidade de os docentes não estarem preparados para lecionar às crianças com

desenvolvimento atípico, em especial a SCVZ. Esta Síndrome, ao que notamos ao menos para os profissionais desta escola, não tem sido presente em palestras, formações continuadas, etc.

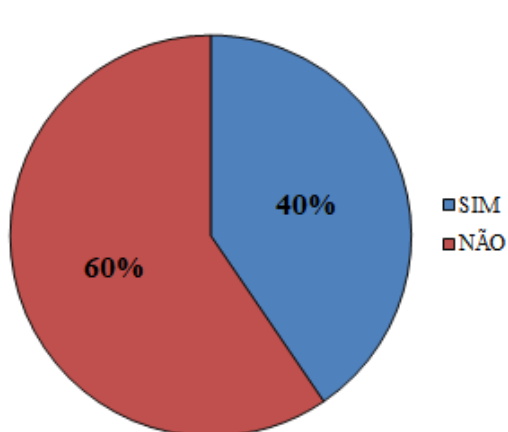


Gráfico 3: Participação em cursos voltado à inclusão de alunos deficientes

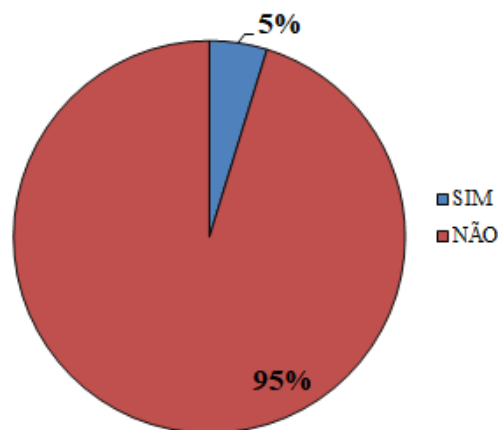


Gráfico: Participação em cursos voltados a docência de crianças com a SCVZ

Quando questionados se alguma instituição local tem ofertado formação continuada, palestras ou cursos voltados ao atendimento educacional de crianças com a SCVZ (pergunta 5 do questionário), os profissionais foram unânimes em responder “não”, (Gráfico 5), ou seja, 100% dos professores, afirmaram não haver qualquer órgão, lhes ofertando formação acerca das especificidades da síndrome, ou lhes assistindo quanto a docência dessas crianças com múltiplas deficiências. Com isso, podemos presumir que nessa instituição de ensino, os profissionais não tem recebido a assistência necessária, que os possibilite lecionar para crianças com múltiplas deficiências, como é o caso daquelas com a SCVZ.

Entretanto, quando questionados se seria importante uma formação continuada em parceria com profissionais da saúde (pergunta 6), 98% dos docentes responderam que sim (Gráfico 6). Admitimos então que os profissionais reconhecem as limitações de sua formação para a docência de crianças com múltiplas deficiências, e julgam importante a participação em cursos e formações continuadas, que possam lhes informar quanto as especificidades da síndrome.

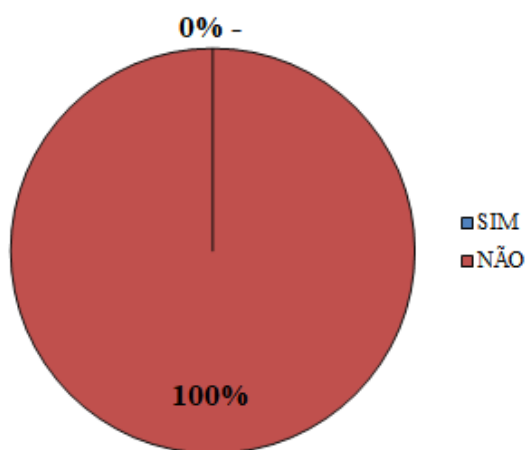


Gráfico 5: Oferta de cursos ou formações continuadas acerca da SCVZ.

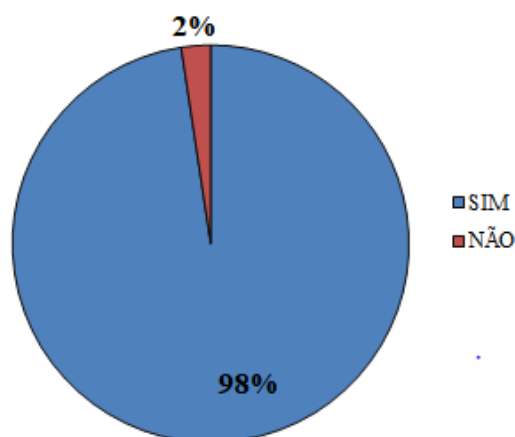


Gráfico 6: Julgam importante a oferta de formações continuadas em parceria com profissionais da saúde

Os resultados desta pesquisa nos levam a questionar como os profissionais das diversas escolas brasileiras e do estado de Pernambuco; especialmente aquelas de natureza pública têm sido qualificadas para lidar com a docência à criança portadora de uma síndrome que tanto afetou o país a partir de 2015. Sabemos da dificuldade em promovermos uma formação apropriada, mas a parceria com profissionais competentes e o trabalho contínuo poderá paulatinamente criar para a família, as crianças, profissionais da saúde e da educação, a tranquilidade adequada de uma educação desafiadora, mas promotora de aprendizagem e desenvolvimento.

Conforme reitera Costa (2012, p. 145) “a formação de professores para uma escola inclusiva, não deve estar restrita a formação inicial em nível de licenciatura, mas requer uma continuidade ao longo da vida e do exercício profissional do docente”. Com isso, sabemos que a formação do docente não se esgota na licenciatura, ela precisa ser permanente de modo a acompanhar os contínuos avanços em estratégias didáticas para a docência de crianças deficientes. Pois conforme exposto anteriormente, cada uma delas possui especificidades que precisam ser levadas em consideração pelo docente.

Conclusões

O presente trabalho buscou discutir a formação docente para a inclusão de alunos com múltiplas deficiências. Enfatizamos aquelas com a Síndrome Congênita do Vírus Zika, dada a emergência em escolarizar essas crianças, que por possuírem uma série de comprometimentos, irão requerer uma atenção especializada por parte dos educadores. Conforme os dados coletados com os 42 docentes,

podemos inferir que a docência à crianças com múltiplas deficiências é um desafio a ser superado, e que poderia ser minimizado, casos os professores recebessem um maior suporte para a prática docente a essas crianças.

Conforme exposto anteriormente, os profissionais julgaram importante uma formação continuada em parceria com os profissionais da saúde e da educação. Julgamos que se os professores conhecerem sobre os impactos da síndrome sob o desenvolvimento infantil, e obtiverem informações técnicas concernentes às peculiaridades no desenvolvimento dessas crianças, terão melhores condições de desenvolver estratégias didáticas que sejam capazes de atender as especificidades das crianças e contribuir para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Referências

BATISTA, G. M. **Processos imaginativos de educadores quanto a docência de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika**. Projeto de Mestrado. Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Boletim epidemiológico**. ISSN 2358-9450, v. 49, n. 3, 2018.

_____. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007.

CARAMORI, P. M.; MENDES, E. G.; PICHARILLO, A. D. M. A formação inicial de professores de sala de recursos multifuncionais a partir do olhar dos professores atuantes. **Revista educação**. Campinas, n. 23, v. 1, p. 124-141, jan./abr., 2018.

COSTA, V. A. Formação de professores e educação inclusiva frentes às demandas humanas e sociais: Para quê? In. GUIMARÃES, T.; FILHO, T.(orgs) **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. EDUFBA: Salvador, 2012, cap. 05, p. 89-110.

FARIA, N. R. et al. Zika virus in the Americas: Early epidemiological and genetic findings. **SCIENCE**, v. 352, n. 6283, 2016.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, jan/mar., 2015.

PERNAMBUCO. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. **Síndrome Congênita relacionada à infecção pelo vírus Zika**. Informe técnico Nº 03/2018, 2018.

PINO, A. A psicologia concreta de Vigotski: implicações para a educação. **Psicologia da educação**. São Paulo, v. 7, n 8, 2000.

RECIFE, Secretaria de Educação. **Educação inclusiva: múltiplos olhares / organização:** Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Secretaria de Educação, 2015. 104 p (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v.5) 2015.

SILVA, A. F. P. et al., A educação especial em uma escola municipal de Recife-PE. In: **Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão**. Org Atena Editora. Ponta Grossa-PR, 2018.

VARGAS, A. et al. Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 691-700, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento de acção:** necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf

WHEELER, A. C. Development of Infants With Congenital Zika Syndrome: What Do We Know and What Can We Expect? **PEDIATRICS**, v. 141, n. 2, 2018.